Movimentação de tropas no Centro-Sul da Colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII

Renato Leite Marcondes e
Carlos Eduardo Suprinyak

O comércio de animais entre as regiões Sul e Centro-Sul do Brasil constituiu durante quase dois séculos uma das mais importantes redes de abastecimento interno. Mais de dois milhões de cabeças passaram pelo mercado de Sorocaba (SP) tão-somente entre 1825 e 1880, atingindo uma média anual um pouco inferior a quarenta mil animais, entre os quais os muares ocuparam posição predominante (Klein, 1989: 356). Esse enorme fluxo de animais dependeu de uma estrutura de criação, invernada e apoio ao longo da grande distância entre as pontas dessa rede, envolvendo um contingente expressivo de pessoas.

Nota: Renato Leite Marcondes é professor da FEA-RP/USP. Carlos Eduardo Suprinyak é doutorando em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 47-69.

Iniciado no final do século XVII e atrelado aos descobertos auríferos, o grande desenvolvimento desse comércio ocorreu durante o século XVIII. Sobre essa época, há poucas informações a respeito das condições de mercado. Neste artigo, pretendemos divulgar novas evidências encontradas acerca desse comércio, em especial para a segunda metade do Setecentos.

Utilizando documentação primária para alguns anos desse período, podemos inferir os volumes de animais por tipos ao longo do tempo – seção 2–, comparando com as evidências já estabelecidas na literatura historiográfica, relatada na seção 1.[1] De outro lado, na última seção procuramos caracterizar a origem dos animais transacionados no período e a concentração do negócio de animais por meio das tropas e de seus condutores, bem como analisar de forma mais cuidadosa o envolvimento dos negociantes de grande porte, entre eles alguns destacados habitantes da capitania de Minas Gerais.

1. Trânsito de animais

A riqueza da herança documental existente acerca do comércio de tropas entre as regiões meridionais e centrais do Brasil imperial permite uma mensuração bastante precisa da evolução do volume de animais negociados ao longo desse período, principalmente por meio dos livros das barreiras e registros envolvidos na tributação da atividade.[2] Já as condições de pesquisa documental concernentes ao comércio de animais durante o século anterior à independência infelizmente não são tão satisfatórias. Dispomos de poucos relatos, muitas vezes impressionistas, do movimento das tropas desde o impulso inicial para o desenvolvimento desse mercado – a abertura do caminho das tropas, entre 1727 e 1731, por obra conjunta de Francisco de Sousa e Faria e Cristóvão Pereira de Abreu. Aluísio de Almeida, um dos pioneiros no estudo desse negócio, registrou a dificuldade, lamentando o extravio da documentação dos registros de Sorocaba até 1825, o que impossibilitou a construção da história das feiras no período colonial com o "rigor das estatísticas" (Almeida, 1945: 136-7).

Curiosamente, o próprio Aluísio de Almeida oferece, no mesmo trabalho, um esboço estatístico que procura estimar a magnitude do comércio de animais – no caso, apenas muares – desde princípios do século XVIII até o fim do período imperial. O autor não especificou claramente a origem de suas estimativas, afirmando apenas que os números foram obtidos "mediante os documentos consultados" (Almeida, 1945: 169). Beneficiadas pelo pioneirismo da iniciativa de Almeida, essas estatísticas tornaram-se referência para trabalhos subseqüentes, como o clássico artigo de Alfredo Ellis Jr. (1950). Almeida não apresentou dados anuais precisos, mas sim uma aproximação na forma de valores médios

anuais mínimos para períodos extensos. Suas estimativas para o século XVIII, divididas em três subperíodos e com início em 1731 (data da abertura do caminho das tropas), encontram-se ilustradas na tabela 1.

De acordo com Almeida, as feiras de Sorocaba incrementaram-se após 1750, quando foi instituído o registro na vila, que passou a atuar conjuntamente com o registro de Curitiba na fiscalização do movimento das tropas.[3] Antes dessa data, os animais eram conduzidos diretamente aos centros consumidores, notadamente a região das minas. Embora exista alguma controvérsia com relação à data de criação do registro de Curitiba,[4] resta pouca dúvida de que ele já se encontrava em funcionamento no início da década de 1730, quando a condução de animais pelo recém-aberto caminho das tropas tomou impulso.

TABELA 1
MUARES CONDUZIDOS DO SUL AO CENTRO-SUL, SEGUNDO ALMEIDA

Período	Média anual mínima
1731-1750	2.000
1750-1780	5.000
1780-1800	10.000

Fonte: Almeida (1945: 169).

Instituiu-se desde então um complexo sistema de arrecadação dos direitos sobre animais vindos do Sul, que viria a ser utilizado até fins do século XIX, com poucas modificações. Em 1731, o governador da capitania de São Paulo instruiu o estabelecimento da cobrança dos direitos em duas etapas: primeiramente, ao passar uma tropa pelo registro de Curitiba, emitia-se uma guia contendo informações sobre ela, tais como tamanho, composição, nome do condutor e valor do imposto devido; de posse desta guia, os condutores estavam livres para seguir viagem até Sorocaba, onde deveriam se reportar a uma autoridade competente para realizar o pagamento dos direitos. Ao que tudo indica, tal arranjo decorreu da escassez de meio circulante, associada à dificuldade no transporte de grandes quantidades de moedas de cobre em viagens de longa distância (Moreira, 1975: 818). De outro lado, a venda dos animais ocorria geralmente em Sorocaba, gerando liquidez para efetuar os pagamentos. A adoção desse método conduziu a outra inovação duradoura no sistema de arrecadação. Por ordem de 1734 do conde de Sarzedas, todo condutor deveria apresentar um fiador para sua tropa, na pessoa de um habitante da região, caso contrário não poderia prosseguir viagem.[5] O fiador seria responsabilizado pelo pagamento dos direitos em caso de descaminho da tropa.

Ao obrigar todos os condutores de tropas a passar pelo novo registro antes de seguir viagem, essa modificação contribuiu para a transformação de Sorocaba em um grande entreposto de comércio de animais de carga a partir da segunda metade do século XVIII.

Conforme mencionado anteriormente, a documentação gerada por esses registros durante o período colonial parece não ter sido preservada. A grande exceção talvez seja a "Cópia do extrato das tropas que no ano de 1751 passaram pelo registro de Curitiba", documento valioso que se encontra transcrito no segundo volume da série *Documentos Históricos: Provedoria da Fazenda de Santos – leis, provisões, alvarás, cartas e ordens reaes*, da Biblioteca Nacional. Embora não se registre a data de cada passagem nesse extrato, são identificados os condutores de cada tropa, assim como a sua composição – quantidade de animais de cada espécie – e o valor recolhido em direitos. A tabela 2 apresenta um sumário das movimentações registradas no extrato.

Essas informações revelam a absoluta predominância de cavalos no total de animais conduzidos pelo registro de Curitiba em 1751. Além de seu maior volume agregado, os cavalos estiveram presentes em todas as tropas conduzidas no ano, ao passo que os muares fizeram parte de menos da metade das tropas, e os vacuns não chegaram a participar sequer de um terço delas. Essas proporções podem estar relacionadas ao maior valor venal de cavalares e muares em comparação com vacuns, dificultando a condução dos últimos a mais longa distância.

TABELA 2
ANIMAIS CONDUZIDOS PELO REGISTRO DE CURITIBA, 1751

Espécie	Total	%
Cavalos	6.559	69,03
Muares	2.380	25,05
Reses	520	5,47
Éguas	43	0,45
Total	9.502	100,00

Fonte: Biblioteca Nacional – *Documentos Históricos*, 1928, p. 139-40.

Hameister (2002: 175-8) compara os dados fornecidos pelo extrato com algumas evidências esparsas de caráter quantitativo que encontrou para as duas décadas anteriores. A primeira delas, presente em uma memória do mestre de Campo André Ribeiro Coutinho, informa que no ano de 1738 foram conduzidos 5.551 cavalos e 838 muares – totalizando 6.389 animais – desde a região sul-rio-grandense até o Centro-Sul da Colônia, não havendo menção à condução de vacuns. A segunda evidência consta de certidão emitida pelo próprio registro de

Curitiba e cobre um período mais abrangente. De acordo com a certidão, foram conduzidos 12.575 cavalos, 4.319 muares, 629 reses e 173 éguas – 17.696 animais ao todo – pelo registro no longo período que se estende de 10 de junho de 1734 até 29 de agosto de 1749. Além da redução do volume de animais em trânsito (a média anual para o período 1734-49 chegou a 838 cavalos e 288 muares, aproximadamente), há uma retração brusca da proporção entre cavalos e muares na comparação com 1738 (diminuindo de 6,6 para apenas 2,9), apesar de as passagens registradas em 1738 estarem supostamente contidas nestes dados agregados. Se por um lado a proporção cavalos/muares registrada ao longo do período 1734-1749 se assemelha bastante àquela verificada nas passagens de 1751, por outro, o volume médio anual de animais difere significativamente daquele verificado nos dois outros documentos. Embora seja difícil alcançar resultados conclusivos a esse respeito, a proximidade entre os volumes registrados em 1738 e 1751 parece atestar a verossimilhança destas evidências, enfraquecendo, em oposição, a confiabilidade dos números apresentados pela certidão para o período 1734-1749.

Hameister também chama a atenção para o fato de que o volume de vacuns conduzidos aumenta de forma marcante nessa passagem da década de 1740 para a de 1750. Enquanto durante os 15 anos entre 1734 e 1749 o total registrado de vacuns somou 629 animais, apenas no ano de 1751 registrou-se a passagem de 520 animais deste rebanho. A autora utiliza esta evidência para argumentar que, ao contrário do que sugere a historiografia sul-riograndense tradicional, a exportação de gado vacum do extremo Sul para a região Central não atendeu à pressão de demanda por gado de corte originária do surto minerador, e sim àquela derivada da necessidade de reconstituição dos exauridos rebanhos bovinos paulistas – estes sim utilizados durante a primeira metade do século para satisfazer a demanda da região mineradora. A argumentação é reforçada por meio do recurso a outro documento encontrado pela autora, relativo ao triênio 1769-1771. A tabela 3 apresenta esses números, originalmente integrantes de um parecer elaborado pelo brigadeiro José Custódio de Sá e Faria em 1772.

De fato, a característica distintiva desse conjunto de dados é o sensível aumento no total de vacuns conduzidos anualmente pelo registro de Curitiba, que salta de um patamar próximo a quinhentos animais/ano em 1751 para uma média anual superior a dois mil animais na transição entre as décadas de 1760 e 1770. Em outras palavras, o volume de vacuns conduzidos quadruplica em menos de vinte anos. No que tange aos demais rebanhos, o volume de cavalos parece estabilizado em torno de 5.500 animais anualmente – mil animais abaixo do registrado em 1751. Já os muares apresentam tendência ascendente, porém superando apenas em 1771 o total alcançado vinte anos antes. Note-se que no último ano do triênio a proporção cavalos/muares já é inferior a dois.

TABELA 3
ANIMAIS CONDUZIDOS PELO REGISTRO DE CURITIBA,
1769-1771

Ano	Cavalos	Muares	Éguas	Vacuns	Total
1769	5.617	1.912	67	2.174	9.770
1770	5.174	2.140	0	2.337	9.651
1771	5.404	3.074	0	2.437	10.915
Total	16.159	7.126	67	6.948	30.336
%	33,59	23,49	0,22	22,90	100,00

Fonte: Hameister (2002: 179).

2. Novas evidências

No restante deste artigo, procuraremos ampliar as bases para a apreciação do fenômeno do comércio de animais entre as regiões Sul e Centro-Sul da Colônia durante o século XVIII, utilizando para tanto duas novas fontes documentais que fornecem evidências quantitativas bastante detalhadas acerca da movimentação de tropas pelos registros de Sorocaba e Curitiba durante curtos períodos. Esses documentos registram não apenas o volume de animais conduzidos pelos registros, mas também o nome dos condutores e fiadores e, em alguns casos, o local de origem das tropas.

TABELA 4
ANIMAIS CONDUZIDOS PELO REGISTRO DE CURITIBA,
DEZ/1765 A SET/1767

Período	Cavalos	Muares	Éguas	Vacuns	Total
Dez/1765	21	154	2	0	177
1766	1.731	1.162	495	2.610	5.998
Jan.-set/1767	878	834	103	1.142	2.957
Total	2.630	2.150	600	3.752	9.132
%	28,80	23,54	6,57	41,09	100,00

Fonte: Registro de Curitiba, *Lista geral dos meios direitos*.

O primeiro desses documentos intitula-se *Lista geral dos meyos direitos pertencentes aos senhores contratadores, o capitão Francisco Cardozo de Menezes e Souza e Sebastião d'Alvarenga Braga, das tropas que passarão neste rezisto de Coritiba*. Nele encontram-se registradas informações detalhadas acerca de cada tropa conduzida pelo registro, obedecendo a seguinte estrutura: data da passagem, nome

do condutor, nome do fiador, quantidade de animais por espécie e valor recolhido em direitos. As duas listas encontradas cobrem um período de quase dois anos, de 5 de dezembro de 1765 a 30 de setembro de 1767. Desta forma, o documento capta a movimentação pelo registro ao longo do ano de 1766, e também durante a quase totalidade do ano de 1767, fornecendo evidências que podem ser colocadas em perspectiva com aquelas apresentadas na seção anterior. A tabela 4 apresenta os valores agregados de passagem para cada espécie, de acordo com o documento.

Os dados presentes nessa documentação indicam uma configuração de mercado bastante diversa daquela revelada por Hameister para o triênio 1769-1771. O fato de ambas as fontes documentais referirem-se a um mesmo fenômeno – a passagem de tropas pelo registro de Curitiba – e a momentos muito próximos no tempo apenas contribui para tornar este contraste ainda mais intrigante. Nos dados apresentados por Hameister para o triênio 1769-1771, embora a predominância dos cavalos sobre os muares não se mostrasse mais tão pronunciada quanto na primeira metade do século, ela ainda se faz presente de forma incontestável. O total de cavalos conduzidos nesses três anos é superior à soma dos animais de todas as outras espécies conduzidos. Da mesma forma, o total de vacuns conduzidos, embora tenha apresentado elevação marcante com relação aos níveis de meados do século, ainda representa menos de metade do total de cavalos conduzidos, estando em 1771 abaixo até mesmo do volume de muares conduzidos.

No período iluminado pelas informações da *Lista geral*, a situação é outra. O predomínio no volume de passagens pertence aos vacuns, cujo total supera em muito o volume tanto de cavalos quanto de muares conduzidos. Por outro lado, parece haver equilíbrio maior entre cavalos e muares, não chegando a relação cavalos/muares sequer a alcançar 1,5 em nenhum momento. O elevado volume total de éguas conduzidas também chama a atenção, dado que as éguas sempre apareceram em quantidades negligenciáveis em todas as evidências até então. Mais do que isto, é notável que animais desta espécie estivessem presentes em quase todas as tropas conduzidas (apenas duas delas não possuíam éguas em sua composição), em contraste com o caso dos muares e vacuns, que estiveram presentes em pouco mais da metade das tropas conduzidas.

Uma análise sucinta dos padrões de sazonalidade (distribuição mensal das passagens) apresentados pelos registros evidencia que o trimestre de outubro a dezembro é marcado por elevado volume de passagens de cavalos, enquanto que os muares são conduzidos em pequeno número e os vacuns praticamente inexistem. Isto pode indicar que o equilíbrio verificado entre as passagens de cavalos e muares no período janeiro-setembro de 1767 seria rompido quando acrescido das passagens do último trimestre, sendo inclusive possível que o nú-

mero de cavalos conduzidos ao final do ano superasse o número de vacuns. Mesmo admitindo esta possibilidade, o máximo que se poderia atingir seria uma leve superioridade dos cavalos sobre as demais espécies no total das passagens – algo bastante diverso da predominância indisputável evidenciada pelos números de Hameister para o triênio 1769-1771.

Passamos agora a apresentar o segundo conjunto documental a ser trabalhado, que, diferentemente da *Lista geral*, não é composto por mapas sintéticos de movimentação de tropas, e sim por registros individualizados de passagens, na forma de termos de fiança. Esses documentos divergem das demais fontes apresentadas até agora em dois importantes aspectos. Em primeiro lugar, a movimentação neles registrada não é mais a das tropas conduzidas pelo registro de Curitiba, e sim daquelas conduzidas pelo registro de Sorocaba. Em segundo lugar, nesses mapas já se adota o sistema de consolidação em anos financeiros – iniciados em julho de um determinado ano e terminados em junho do ano subseqüente – que viria a ser utilizado durante todo o período imperial.

Os mapas de passagem por Sorocaba encontrados cobrem um período de três anos financeiros, 1779/80 a 1781/82, e apresentam informações ainda mais detalhadas do que a *Lista geral*, na seguinte forma: data da passagem, nome do condutor, quantidade de animais por espécie, nome dos vendedores de cada rebanho, nome do fiador, origem da tropa e valor dos direitos. A tabela 5 apresenta o volume total conduzido anualmente por espécie, de acordo com os mapas.

TABELA 5
ANIMAIS CONDUZIDOS PELO REGISTRO DE SOROCABA,
1779/80-1781/82

Ano financeiro	Cavalos	Muares	Vacuns	Total
1779/1780	2.365	6.330	5.720	14.415
1780/1781	2.584	5.875	6.486	14.945
1781/1782	3.079	4.223	8.476	15.778
Total	8.028	16.428	20.682	45.138
%	17,79	36,40	45,82	100,00

Fonte: Alfândega de Santos, Arrecadação do Novo Imposto em Sorocaba.

Mais uma vez, o contraste entre esses números e as evidências mencionadas anteriormente é marcante. Se no período 1765-1767 os dados indicavam um relativo equilíbrio entre as diversas espécies, sendo inclusive possível conjeturar acerca de uma leve predominância dos cavalos sobre os demais rebanhos

no ano de 1767, pouco mais de uma década depois a posição dos cavalos no total de animais encontra-se bastante fragilizada. Embora a evolução de seu volume anual apresente tendência crescente, ocupam agora apenas a terceira posição no total das passagens, sendo que a relação cavalos/muares não ultrapassa 0,75 – no ano financeiro 1779/80 ela é inferior a 0,4. Por outro lado, os muares, embora predominem em 1779/80, apresentam tendência decrescente, perdendo a primeira posição no total das passagens para os vacuns nos dois anos seguintes. Estes, por sua vez, crescem em volume ao longo do triênio, respondendo por mais da metade do total das passagens no último ano financeiro. Infelizmente, os mapas não informam o volume de éguas conduzidas – possivelmente registradas sob a mesma rubrica que os cavalos.

Em termos de arrecadação fiscal, a crescente predominância dos vacuns sobre os outros rebanhos é eliminada. O valor pago sob a forma do Novo Imposto varia de acordo com a espécie do animal, sendo de 100 réis para as reses, 200 para os cavalos e 320 para as bestas – mantendo, *grosso modo*, certa proporção com o respectivo preço dos animais. Desta forma, o total recolhido em impostos por vacuns e cavalares esteve bastante próximo, cabendo aos muares a predominância absoluta no total da arrecadação – quase 60% do valor arrecadado, sendo que os vacuns respondem por aproximadamente 23%, e os cavalares, 18%. Assim, embora os vacuns ocupem posição de destaque no volume total de passagens, sua relevância fiscal é modesta quando comparados aos muares.

Quando toda a evidência quantitativa coletada é colocada lado a lado, algumas características da evolução do negócio de animais saltam aos olhos. Em primeiro lugar, o enorme crescimento da importância relativa dos vacuns certamente é digno de nota. Partindo da posição inquestionavelmente secundária que ocuparam entre 1734 e 1751, as reses já possuem maior relevância numérica na segunda metade da década de 1760, chegando a ocupar a primeira posição no total das passagens em 1766 e rivalizando com os muares como segundo maior rebanho na passagem da década de 1760 para a de 1770. Ao final dos anos 1770, o volume anual de vacuns conduzidos já é mais de duas vezes superior àquele registrado uma década antes, passando este rebanho a responder por mais da metade do total das passagens por Sorocaba no início da década de 1780.

À primeira vista, esta constatação parece favorecer a argumentação de Hameister acerca do crescimento da importância da exportação de gado bovino do continente do Rio Grande de São Pedro para o Centro-Sul da Colônia durante a segunda metade do século XVIII, visando à recomposição dos rebanhos paulistas exauridos pelo consumo da região mineradora. Sem dúvida, o crescimento no volume de animais exportados entre o início da década de 1750 e o final da dé-

cada seguinte – já apontado pela autora e corroborado pelos números aqui apresentados para os anos de 1766 e 1767 – constitui evidência contundente a fortalecer a posição de Hameister. Entretanto, o aumento ainda mais expressivo no total dessas passagens verificado na transição entre as décadas de 1770 e 1780 deve ser avaliado com mais cautela. Lembremos que esse último corpo documental refere-se às passagens pelo registro de Sorocaba, e não de Curitiba, como foi o caso em todas as evidências anteriores. Entre esses dois postos fiscais encontravam-se os Campos Gerais, no território do atual estado do Paraná, uma região tradicionalmente vinculada a atividades pecuárias, em especial à criação de gado vacum.[6] Assim, o drástico incremento no volume de vacuns pode estar associado à incorporação da exportação de animais da região dos Campos Gerais nos registros, e não apenas ao aumento na demanda por reses sul-riograndenses, como pretende Hameister.

Em marcante contraste com o ocorrido com os vacuns, o volume de cavalos conduzidos evidencia flagrante declínio da participação relativa desta espécie dentro do mercado de animais. Responsáveis por mais de dois terços do total das passagens no período 1734-1751, sua posição já se mostra algo enfraquecida na segunda metade da década de 1760 – em especial durante 1766 e 1767. Embora ainda predominem durante o triênio 1769-1771, com um volume anual relativamente estável, ao final da década de 1770 o total de cavalos conduzidos reduz-se à metade, passando este rebanho a ficar atrás de muares e vacuns em importância relativa. Entretanto, note-se, mais uma vez, que a utilização de informações de passagem pelo registro de Sorocaba pode prejudicar a comparação. Em oposição ao que ocorre com os vacuns, é possível que uma parte da demanda por cavalos tenha origem na própria região dos Campos Gerais, cujo relevo pouco acidentado favorece a utilização deste animal nas atividades criatórias. Neste caso, os animais seriam exportados do continente do Rio Grande, passando pelo registro de Curitiba, porém não chegando até o registro de Sorocaba – o que criaria a impressão de queda na movimentação.

Passemos agora ao caso dos muares, que viriam a ocupar papel de grande destaque na dinâmica econômica brasileira durante o século XIX. As passagens de muares são as que apresentam oscilações menos bruscas entre todos os rebanhos. Ocupando sempre posição intermediária, já em 1751 registrou-se a passagem de mais de dois mil animais dessa espécie. Diante desta evidência, causa surpresa verificar que em 1766 o total de muares conduzidos pelo registro de Curitiba esteve pouco acima de mil unidades – um flagrante retrocesso. A partir de então, a condução de muares apresenta crescimento gradual, porém contínuo, chegando a superar a marca de três mil animais já em 1771. Ao final da década de 1770, o número de muares conduzidos salta para mais de seis mil, decrescendo, entretanto, nos dois anos subseqüentes de forma um tanto abrupta. Ainda assim,

o volume de muares conduzidos em 1781/82 foi superior a qualquer outro ano anterior a 1779 para o qual dispomos de informações.

Poder-se-ia argumentar que a duplicação do volume de muares conduzidos ocorrida entre 1771 e 1779 também está vinculada, como no caso dos vacuns, à exportação de animais dessa espécie criados na região dos Campos Gerais. Entretanto, esta hipótese vem sendo constantemente descartada pela historiografia especializada, que atribui aos habitantes dos Campos Gerais unicamente o papel de condutores de tropas dentro da estrutura do mercado de muares.[7] Por outro lado, podemos aventar uma hipótese mais sólida para explicar o declínio ocorrido entre 1751 e 1766, relacionada a uma controvérsia política ocorrida no início da década de 1760. Devido à pressão dos criadores de gado cavalar do norte e nordeste, cujo produto foi deslocado pelos muares como meio de transporte de carga nas regiões centrais, instituiu-se uma curiosa medida real, consubstanciada na Carta Régia de 19 de junho de 1761, que proibiu a utilização de muares em todo o território colonial, ordenando inclusive que fossem mortos os animais dessa espécie encontrados após a sua publicação. Entretanto, os veementes protestos dos envolvidos no negócio, assim como a persistência do comércio de muares sob a forma de contrabando, terminaram por ensejar a revogação da ordem real decorridos três anos de sua aplicação. Ao menos no que se refere aos registros oficiais, parece razoável supor que a medida tenha conduzido à redução do ingresso de muares vindos do Sul. Assim, a movimentação em 1766-67 refletiria o restabelecimento do mercado de muares após a revogação da medida, prosseguindo nos anos seguintes mediante aumento gradual do volume anualmente conduzido.

Por fim, uma breve palavra sobre as éguas. Verificou-se sua presença desde cedo nos registros, embora em volume negligenciável. Conforme já mencionado, os números de 1766-67 mostram uma elevação marcante no total de éguas conduzidas, estando elas presentes em quase todas as tropas registradas na *Lista geral*. Contudo, os números encontrados por Hameister para o triênio 1769-71 mostram nova redução do volume de éguas conduzidas, aparecendo animais dessa espécie apenas em 1769. Nos mapas de Sorocaba não há menção a éguas, embora isto possa estar associado a diferenças na forma de registro das tropas. De forma conjetural, podemos associar essa brusca quebra no mercado de éguas aos esforços dos criadores de muares do Sul para manter a exclusividade no fornecimento desses animais às regiões centrais. O auge da polêmica acerca da criação de bestas em território mineiro ocorreu justamente na transição entre as décadas de 1760 e 1770, conforme atesta a correspondência trocada entre os principais envolvidos.[8] A interrupção no fornecimento de éguas pode ter sido a forma encontrada pelos criadores do Sul para fazer face à concorrência mineira, dada a ineficácia de seus protestos formais.

3. Origem das tropas e concentração

Passaremos agora a analisar outras informações que compõem a documentação encontrada. Ao fazê-lo, concentraremos nossos esforços sobre os dados presentes no conjunto documental que contém a memória das passagens pelo registro de Sorocaba entre 1779/80 e 1781/82. A ênfase nessa documentação específica deve-se parcialmente à disponibilidade de microinformações em maior profusão (mais de quinhentos registros) e também ao fato de serem mais ricas e detalhadas as informações ali contidas.

Primeiramente, vejamos o que a documentação nos oferece acerca da origem das tropas conduzidas pelo registro durante o triênio. A tabela 6 fornece um sumário estatístico a este respeito, a partir do qual algumas observações interessantes podem ser feitas.

TABELA 6
DISTRIBUIÇÃO DAS TROPAS CONDUZIDAS POR SOROCABA SEGUNDO ORIGEM, 1779/80-1781/8210

Local de origem	Nº de tropas	%	Total muares	%	Total cavalos	%	Total vacuns	%
Viamão	278	55,0	14.692	89,4	4.314	53,7	5.104	24,7
Campos Gerais e Curitiba	139	27,5	112	0,7	2.889	36,0	9.561	46,2
Lages (Cima da Serra)	15	3,0	120	0,7	128	1,6	1.937	9,4
Crioulos	13	2,6	4	0,0	43	0,5	704	3,4
Coloniais	11	2,2	14	0,1	351	4,4	679	3,3
Vilas Paulistas	8	1,6	622	3,8	77	1,0	605	2,9
Outras localidades	7	1,4	2	0,0	27	0,3	1.308	6,3
Sem especificação	34	6,7	862	5,3	199	2,5	784	3,8
Total	505	100,0	16.428	100,0	8.028	100,0	20.682	100,0

Fonte: Alfândega de Santos, Arrecadação do Novo Imposto em Sorocaba.

Do total de 505 registros de passagem, 34 não apresentam informações sobre a origem dos animais que compõem a tropa. Dentre os 471 restantes, percebe-se a clara predominância de tropas oriundas da região de Viamão, respondendo por mais de metade do total das passagens. Em posição de destaque no total de tropas conduzidas também estão as regiões dos Campos Gerais e de Curitiba, contribuindo conjuntamente com mais de 27% do total das tropas conduzidas. Em algumas ocasiões registrou-se a origem das tropas simplesmente como "colonial" ou "crioula", o que dificulta uma identificação precisa da origem, embora indique uma diferenciação entre os gados oriundos de territórios ao sul da capi-

tania de São Paulo e aqueles criados na própria capitania.[9] Agrupamos como "vilas paulistas" uma série de localidades pertencentes à capitania, porém pouco expressivas individualmente – como, por exemplo, Faxina, Itapetininga e Botucatu. Finalmente, sob a rubrica "outras localidades" encontram-se agregadas tropas cuja procedência foi associada a alguma fazenda específica, sem indicação da sua localização geográfica.

Entretanto, os dados da tabela 6 chamam a atenção para uma característica peculiar da distribuição de origem das tropas. Referimo-nos ao fato de que a predominância de Viamão não se refletiu de forma homogênea no total de animais conduzidos quando isolados por espécie. A predominância de animais originários de Viamão no total de muares é marcante, chegando a quase 90%. A participação das regiões dos Campos Gerais e de Curitiba nesse rebanho é muito reduzida, não chegando, conjuntamente, sequer a 1%. Por outro lado, quando observamos a origem dos vacuns, verificamos que a maior parcela desses animais origina-se da região dos Campos Gerais e de Curitiba, com Viamão aparecendo distante na segunda posição. Destaca-se também o fato de que tanto a região serrana de Lages quanto as tropas agregadas sob a designação "outras localidades" contribuem com parcelas significativas do total de vacuns, apontando para uma maior dispersão geográfica da atividade criatória associada a esse rebanho. Por fim, o rebanho cavalar também apresenta predominância de animais oriundos de Viamão, embora não de forma tão categórica quanto no caso dos muares. Em especial, a região dos Campos Gerais e de Curitiba é responsável por uma fatia significativa do total de cavalos conduzidos por Sorocaba. Como muares e cavalares possuem valor mais alto, justifica-se o comércio a mais longa distância do que os vacuns.

Passaremos agora a analisar outro aspecto ressaltado pela documentação de Sorocaba, a distribuição da propriedade das tropas conduzidas pelo registro. Observando a composição das tropas por ali passadas no período 1779/80-1781/82, verificamos que a maior parte delas – quase 59% – apresentou animais de apenas um dos três rebanhos negociados. Os demais 41% apresentam composição mista, contendo animais de mais de uma espécie. Entretanto, quando checamos o total de animais conduzidos, verificamos que as tropas mistas foram responsáveis pela maior parcela: mais de 63% dos animais foram conduzidos em tropas dessa natureza, ao passo que as tropas de apenas uma espécie responderam por pouco mais de 36% do total. Naturalmente, tal resultado está relacionado ao maior tamanho médio das tropas mistas, pouco mais de 138 animais por tropa, enquanto que as tropas não-mistas apresentaram tamanho médio de apenas 55 animais.

Esta constatação é importante para a análise da distribuição da propriedade no negócio de animais. A composição das tropas aponta para a existência de

uma integração forte entre os rebanhos dentro das tropas de maior tamanho. Desta forma, isolá-los ao analisar a distribuição da propriedade poderia distorcer significativamente os resultados. Entretanto, os dados da tabela 6 apontaram para uma diferenciação marcante entre a origem do rebanho vacum – predominantemente oriundo dos Campos Gerais e de Curitiba – e dos rebanhos cavalar e muar – originários da região de Viamão, em sua maioria. Assim, optamos por analisar a distribuição de propriedade dos animais separando-os em dois grupos, vacuns de um lado e muares e cavalares de outro.

TABELA 7
DISTRIBUIÇÃO DAS TROPAS CONDUZIDAS POR SOROCABA SEGUNDO TAMANHO, 1779/80-1781/82

Faixa	Muares e cavalares				Vacuns			
	Nº de tropas	%	Nº de animais	%	Nº de tropas	%	Nº de animais	%
1-49	324	71,5	5.749	23,5	29	27,8	353	1,7
50-99	67	14,8	4.629	18,9	10	9,6	781	3,8
100-199	38	8,4	5.154	21,1	17	16,4	2.527	12,2
200-399	18	4,0	4.490	18,4	31	29,8	8.509	41,1
400 ou mais	6	1,3	4.434	18,1	17	16,4	8.512	41,2
Total	453	100,0	24.456	100,0	104	100,0	20.682	100,0

Fonte: Alfândega de Santos, Arrecadação do Novo Imposto em Sorocaba.

Dada a grande diversidade das formas de negócio evidenciadas pela documentação, da qual trataremos em mais detalhe adiante, estudar os padrões de distribuição do comércio de animais por meio de perspectivas quantitativas torna-se uma tarefa delicada. Optamos por abordar a questão por meio da classificação das tropas em faixas de tamanho, visando perceber se há heterogeneidade significativa entre elas sob este aspecto.

A tabela 7 apresenta a distribuição das tropas por cinco faixas de tamanho – uma primeira contendo tropas pequenas, duas faixas de tropas intermediárias, uma quarta faixa para tropas grandes e uma última para tropas de dimensões muito grandes. O rebanho vacum é apresentado separadamente, conforme explicitado acima. Uma breve análise dos dados em evidência indica a existência de padrões marcantes de concentração no negócio, embora confirme também a suspeita de uma estrutura diversificada entre os mercados de vacuns e muares/cavalares.

Iniciemos com o mercado de muares e cavalares. Em primeiro lugar, percebemos que as tropas pequenas, embora predominem de forma marcante

em número (mais de 70% do total), respondem por uma parcela muito menor do total de animais conduzidos (aproximadamente 23,5%). Conforme avançamos nas faixas, a participação no total das tropas diminui constantemente e de forma bastante abrupta, embora o mesmo não ocorra com a participação no total de animais conduzidos, onde as participações relativas são bastante estáveis, oscilando entre 18 e 24% para cada faixa.

No caso do mercado para vacuns, o quadro é um pouco diverso, embora também aponte inequivocamente para a existência de concentração da propriedade. A faixa que engloba as tropas pequenas, embora não seja a maior em participação relativa no número de tropas, contribui com parcela bastante significativa (quase 28%). Entretanto, sua contrapartida no total de animais conduzidos é ínfima, não chegando a 2%. Este mesmo padrão ocorre nas duas faixas subseqüentes, embora de forma menos marcante. As duas faixas superiores, por outro lado, respondem por parcelas semelhantes – e vultosas – do total de animais conduzidos, em ambos os casos mais do que proporcionalmente à sua participação no total das tropas.

Conforme mencionado acima, a documentação do registro de Sorocaba coloca em evidência uma série de modalidades diversas de comércio com animais. Uma característica particularmente interessante das passagens advém da localização do registro em um ponto de comercialização, onde as tropas freqüentemente trocavam de mão. Quando isto acontece, os registros normalmente apontam o nome da pessoa de quem o condutor comprou os animais. Em outros casos, entretanto, não há nenhuma indicação neste sentido, parecendo então que o condutor é o responsável pela condução da tropa desde sua origem, não envolvendo transação comercial na região de Sorocaba. Não há predomínio marcante na freqüência de nenhuma dessas formas de negócio sobre a outra.

A análise de distribuição de propriedade apresentada acima, baseada no tamanho das tropas, apontou fortes indícios de concentração no negócio. Quando observamos as informações disponíveis acerca dos vendedores das tropas – que, lembramos, apenas aparecem quando há transação em Sorocaba – esses indícios são corroborados e mesmo intensificados. Do total de 159 tropas de bestas com indicação de vendedor, 14 foram vendidas por Manoel Bento da Rocha, 9 pelo ten. cel. Paulino Ayres de Aguirra – figura política de destaque na região de Sorocaba[11] – e 8 por Pedro Telmo Lima. No total, 1.167 bestas foram vendidas por esses três negociantes apenas – mais de 15% do total de 7.556 destes animais com indicação de vendedor. No mercado dos cavalos, os mesmos Rocha e Aguirra aparecem com 12 e 7 tropas, respectivamente. Considerados em conjunto com Manoel da Silva Lira, que vendeu mais 5 tropas, eles negociaram 500 cavalos – quase 16% do total de 3.148 com indicação de vendedor. Por fim, poucas passagens de rebanhos vacuns apresentam informação de vendedor, e as repetições

são escassas. Mesmo assim, nos deparamos com o caso do Alferes Domingos José Vieira, responsável pela venda de 561 animais em duas passagens, mais de 10% do total de 5.167 animais com indicação de vendedor.

Entretanto, a diversidade das formas de negócio não se restringe apenas a essa diferenciação entre as tropas negociadas em Sorocaba e aquelas conduzidas para além do registro. Alguns casos particulares merecem atenção por ilustrar de forma clara a complexa estrutura envolvida no comércio de animais. Em especial, o português emigrado João Rodrigues de Macedo parece ter participado ativamente do negócio durante o período coberto pela documentação de Sorocaba. Macedo foi uma das figuras de maior destaque da capitania de Minas Gerais, e do império luso-brasileiro em geral, durante a segunda metade do século XVIII.[12] Atuou em diversos segmentos econômicos, entre eles operações de natureza creditícia, arrematação de contratos reais de arrecadação e comércio de pedras preciosas.[13] Envolveu-se de forma muito próxima com os inconfidentes, porém escapou das investigações devido à sua ampla rede de relacionamentos com autoridades políticas, em especial com o visconde de Barbacena, governador da capitania.[14]

João Rodrigues de Macedo foi arrematante do contrato das entradas em Minas Gerais de 1776 a 1782 e do contrato dos dízimos entre 1777 e 1783. Nessa condição, negociou com tropas de maneira bastante particular, conforme sua correspondência pessoal deixa entrever. Macedo as adquiria diretamente na região do Viamão, ou então de algum intermediário na região de Sorocaba, contratando então terceiros para conduzi-las até Minas. Suas tropas estão sempre entre as maiores registradas, atestando seu provável papel como distribuidor de animais de carga na região de Minas Gerais. Os trechos de cartas transcritos a seguir iluminam alguns aspectos de seus negócios com animais:

> O dito Antônio Teixeira Pena vai a essa fazer compra de algumas bestas, e como Vm. me diz que estava esperando por quatrocentas e tantas; hei de estimar que se ajustem no preço, e que não compre outras enquanto houver as de Vm.; (...) e tanto as de Vm. como as de outro qualquer que o dito comprar sem dinheiro, por esta me obrigo no seu importe para a compra que se ajustarem. (Carta a Antônio Fernandes do Vale, morador de São Paulo, 10/06/1777, *apud* Oliveira, 1979, vol. 1: 160-1)

> Ao portador desta, José Teixeira Ferraz, entregará Vm. 500$000 e espero não o demore, que vai a São Paulo buscar bestas. (Carta a Brás Alves Antunes, morador de São João del Rei, 29/07/1777, *apud* Oliveira, 1979, vol. 1: 171)

> O portador deste é Francisco da Rocha e Sousa (...), o qual vai se encontrar com a minha tropa que Vm. conduz para estas Minas, e há de apartar 200 cavalos dos melhores e mais gordos para entrarem já, que são precisos, e os mais hão de ficar aonde houver melhor pasto para se nutrirem bem. (Carta a Inácio Alves da Mota, em trânsito no caminho de São Paulo, 10/09/1778, *apud* Oliveira, 1979, vol. 1: 232)

> Vai Vm. encontrar-se pelo Caminho da Mantiqueira com Inácio Alves da Mora, condutor de uma tropa de cavalos e bestas muares que traz de minha conta, a qual Vm. verá e tomará conta dela e fará conduzir para esta com o cuidado, e brevidade possível, deixando-a, antes de chegar a esta, no pasto que julgar melhor; (...) e se precisar de algum dinheiro ou de mais alguma cousa, o pedirá ao administrador do Registro da Mantiqueira, Custódio Manuel Teixeira, para quem leva carta. (Carta a Francisco da Rocha e Sousa, morador de Vila Rica, 19/12/1778, *apud* Oliveira, 1979, vol. 1: 249)

Nas transações de Macedo predominavam muares, aparecendo também cavalares em menor número. Pelas mãos de João de Campos Evangelista, fez passar três tropas por Sorocaba entre dezembro de 1779 e agosto de 1780. Essas tropas, consideradas conjuntamente, totalizaram 2.239 muares e 86 cavalares. Em fevereiro de 1780, Macedo fez passar mais uma tropa, desta vez pelas mãos de José Gonçalves Nogueira, contendo 884 muares, 60 cavalares e 5 vacuns. Por fim, em outubro de 1780, Francisco da Rocha e Sousa também conduziu uma tropa pertencente a Macedo, composta por 603 muares e 32 cavalares. Quando consideramos todas essas passagens de forma agregada, percebemos que, em um período de dois anos, Macedo trouxe 3.726 bestas da região de Viamão, além de 178 cavalos. No tocante às bestas, ele respondeu por mais de 30% do total das passagens durante os dois primeiros anos cobertos pela documentação. Este ponto fortalece, novamente, os indícios acerca da presença de padrões significativos de concentração no negócio de animais.

As tropas de propriedade de Macedo foram todas afiançadas por uma mesma pessoa, o dr. José Vaz de Carvalho, habitante de São Paulo. A correspondência pessoal de Macedo fornece alguns indícios acerca de suas ligações com Vaz de Carvalho, bem como sobre a natureza das atividades de fiança em geral (Oliveira, 1979, vol. 2: 48-58). Quando arrematou por dois triênios o Contrato das Entradas da capitania de Minas Gerais, Macedo ofereceu a Antônio Fernandes do Vale o posto de administrador do contrato na entrada da capitania de São Paulo. Impossibilitado de ocupar o referido posto, Antônio Fernandes indicou para seu lugar o nome de José Vaz de Carvalho. Macedo acatou sua recomenda-

ção e nomeou Vaz de Carvalho para o cargo (Oliveira, 1979, vol. 1: 98-9). Seria o início de uma duradoura parceria.

Por meio da comunicação de Macedo com seus interlocutores em São Paulo, pode-se entrever certa instabilidade em suas relações com fiadores, relações que parecem estar associadas a alguma espécie de vínculo creditício. Quando da chegada de uma de suas tropas a Sorocaba, em junho de 1780, Macedo contata dois de seus correspondentes em São Paulo, visando a solicitar seus préstimos no sentido de garantir o bom encaminhamento dos animais. Um desses correspondentes era Vaz de Carvalho, ao qual Macedo relata:

> Agora sou a dizer a Vm. que me chegou próprio de estar em Sorocaba a primeira ponta da tropa que me vem de Viamão, conduzida por Francisco da Rocha e Sousa; e espero do favor de Vm. me afiance os meios direitos da Casa Duada e mais alguma assistência que for preciso, na certeza de que, para o tempo, hei de ser prontíssimo na satisfação, sem que Vm. tenha o menor incômodo; e tudo o mais que me for preciso a benefício da mesma tropa, toda e qualquer obrigação ou letra que passar o dito Francisco da Rocha e Sousa, ou João de Campos Evangelista, que agora vai, eu me obrigo por esta à satisfação de tudo, e pronto a pagar ou remeter qualquer quantia que Vm. me avisar. (...) Peço a Vm. muito de favor que as minhas tropas não padeçam a menor demora por falta de qualquer assistência, pelo que ficarei a Vm. muito obrigado. (Oliveira, 1979, vol. 2: 48-9)

De teor semelhante é a carta que Macedo enviara um dia antes ao cap. Manuel Antonio de Araújo, onde ele afirma: "(...) espero chegue a tempo João de Campos Evangelista, que mando a esta cidade a satisfazer os direitos da Casa Duada, sem que Vm. tenha o incômodo de o desembolsar; e lhe rogo me perdôe a falta que té agora nesta parte tem havido" (Oliveira, 1979, vol. 2: 49). Mais tarde, em carta enviada ao primo e sócio Domingos José Gomes, Macedo revela "não estar de acordo o cap. Manuel de Araújo a afiançar os meios direitos da Casa Duada..." (Oliveira, 1979, vol. 2: 56), evidenciando que as relações entre Macedo e Araújo, na hipótese mais provável, foram prejudicadas por aquela "falta nesta parte havida".

Essas e outras dificuldades relacionadas aos trâmites burocráticos exigidos para a passagem das tropas pelo registro de Sorocaba parecem ter exercido um impacto negativo sobre o negócio de animais. Concomitantemente aos seus esforços para garantir a fiança dos direitos, Macedo constantemente demonstra sua preocupação com a excessiva demora na liberação da tropa. Isto transparece

não apenas em sua correspondência com potenciais fiadores, como também nos contatos com seus funcionários encarregados da condução das tropas. Já antevendo dificuldades na fiança de tropa chegada a Sorocaba, Macedo dá as seguintes instruções a João de Campos Evangelista, encarregado de ir buscar os animais:

> Caso os mesmos senhores [Francisco Roiz de Macedo, Manuel Antonio de Araújo e José Vaz de Carvalho] não queiram afiançar, Vm. pagará à vista até onde chegar o dinheiro; e virá, ou mandará buscar, o que de mais carecer com a maior brevidade possível. E caso ache preço à vista que faça conta, venderá Vm. 100 ou 200 bestas, e com o dinheiro desta venda, pagará o que se carecer, de sorte que não me fique empatada a tropa. E conseguindo, como espero daqueles senhores, as fianças, passará Vm. as letras, créditos ou recibos necessários, e as mesmas ordens dou a Francisco da Rocha e Sousa. (Oliveira, 1979, vol. 2: 48-9)

A preocupação de Macedo era fundamentada, pois a tropa ainda ficaria retida durante alguns meses em Sorocaba, somente chegando às suas mãos, em Vila Rica, em dezembro daquele ano.

A atuação de José Vaz de Carvalho também atesta as diferentes possibilidades de inserção no mercado de animais, pois além de fiar diversas tropas para Macedo e outros negociantes, ele também foi responsável pela condução de uma pequena tropa de 17 bestas e 9 cavalos, que parece ter adquirido na região de Sorocaba. Algumas outras figuras de destaque também aparecem como fiadores de tropas, caso de Salvador de Oliveira Leme, um dos homens mais ricos e poderosos da região de Sorocaba na segunda metade do século XVIII. Entre outras atividades, dedicou-se ao comércio de tropas e foi arrematante da cobrança do Novo Imposto sobre Animais. Seu genro, Paulino Ayres de Aguirra, já foi mencionado acima como um dos principais vendedores de muares e cavalares do período.

Há ainda outros casos que merecem menção breve. Um condutor chamado João da Cunha passou com uma pequena tropa de 30 bestas, que havia adquirido de Antonio Lopes de Morais. O que torna este caso interessante é o fato de que o próprio Lopes de Morais já havia comprado essa tropa de outro negociante, José dos Santos Costa, sendo que este último havia trazido os animais de Viamão. Lopes de Morais aparece, portanto, como um intermediário nessa transação particular. Por fim, há também o caso de Jerônimo Paiz de Proença, que passa com uma tropa de 338 reses retiradas de sua própria fazenda, declarando que as conduzirá ele próprio até o Rio de Janeiro.

4. Conclusão

Toda essa riqueza de informações salienta as diversas formas que o comércio de animais assumiu na segunda metade do século XVIII. Se, por um lado, essa diversificação impede o estabelecimento preciso de características como a distribuição da propriedade das tropas, por outro, ela realça a complexidade do negócio e as múltiplas possibilidades de inserção associadas. Alguns resultados importantes foram alcançados neste artigo, entre eles a constatação de uma dinâmica crescente de animais movimentados, principalmente muares e bovinos, assim como a identificação de suas distintas origens e destinos. Destaca-se também a existência de grandes negociantes de animais em Sorocaba e na capitania de Minas Gerais, mormente entre os de muares. No decorrer do século seguinte, a estrutura do comércio de animais se tornava mais sólida à medida que as próprias dimensões do mercado cresciam. Não obstante, as evidências documentais apresentadas indicam claramente a existência de densas redes interpessoais e de um elevado grau de organização já na segunda metade do século XVIII, compondo a base sobre a qual se desenvolveu esta atividade de tão fundamental importância na história econômica brasileira.

Notas

1. Utilizamos dois documentos depositados em arquivos portugueses: o primeiro, do período 1765-67, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o segundo, de 1779 a 1782, no Arquivo do Tribunal de Contas.

2. A este respeito, veja-se Lavalle (1974), Suprinyak (2006) e Klein (1989), entre outros.

3. Baddini (2000: 29-50) parece corroborar em linhas gerais a asserção de Almeida.

4. A opinião mais freqüente associa a criação do registro com a abertura do caminho das tropas, por volta de 1732. No entanto, Moreira (1975: 781) recorre a um mapa de 1728 dos Campos Gerais onde há indicação do local do registro, argumentando que este já existia quando da abertura da estrada para fiscalizar o intermitente fluxo de animais conduzidos pelas rotas litorâneas.

5. A ordem encontra-se transcrita em Goulart (1961: 198-9). Veja-se também Moreira (1975: 817-8).

6. A este respeito, veja-se Westphalen (1995: 10), Moreira (1975: 832) e Lavalle (1974: 1).

7. Veja-se, entre outros, Westphalen (1995: 14). Mesmo durante o apogeu do negócio de muares na década de 1860, o presidente da província do Paraná

lamentava o fato de que os animais enviados anualmente à feira de Sorocaba "não constituem um producto proprio do Paraná, sendo esta província apenas logar abrigado de passagem, e os commerciantes desse gênero no rigor litteral intermediarios" (Relatório do presidente da província do Paraná, 18 de novembro de 1864, p. 20).

8. Esta controvérsia está descrita e documentada em Goulart (1961: 52-4).

9. O termo "gado colônia" era utilizado à época para designar animais criados em território riograndense, em oposição ao "gado crioulo", criado em terras paulistas.

10. Algumas tropas apresentaram mais de uma indicação de origem, relacionada com o local onde a tropa foi adquirida pelo condutor. Nestes casos, preservou-se a informação relativa à primeira origem da tropa.

11. Para informações sobre a trajetória de Aguirra, veja-se Bacellar (2001: 107-110).

12. Tarquínio de Oliveira afirma que João Rodrigues de Macedo foi "sem a menor dúvida o maior banqueiro do império luso durante o último quartel do século XVIII" (cf. Brasil, vol. 9, 1977: 341).

13. Ver Maxwell (1978: 98-90; 112) e Oliveira (1979).

14. Herculano Gomes Mathias afirma: "[Macedo] escapou pela influência de seu poder econômico pois emprestava dinheiro às principais autoridades da Capitania, inclusive a alguns Governadores que tinham por ele grande estima" (cf. Brasil, vol. 7, 1977: 55). Maxwell (1978: 176) também ressalta o papel das ligações de Macedo com o visconde de Barbacena em sua proteção contra a devassa.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Aluísio de. 1945. "Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, vol. 187.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. 2001. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*: *Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Annablume.

BADDINI, Cássia Maria. 2000. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano.* São Paulo, USP, FFLCH (Dissertação de Mestrado).

BRASIL. 1976-83. Autos da devassa da Inconfidência Mineira. Brasília, Câmara dos Deputados. 10 vols.

———. "Relatórios dos presidentes de províncias". Disponível em: http://www.crl.edu/.

ELLIS JR., Alfredo. 1950. "O ciclo do muar". *Revista de História*, São Paulo, n. I.

GOULART, José Alípio. 1961. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista.

HAMEISTER, Martha Daisson. 2002. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (1727-1763).* Rio de Janeiro, UFRJ (Dissertação de Mestrado).

KLEIN, Herbert S. 1989. "A oferta de muares no Brasil central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880". *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 19, n. 2.

LAVALLE, Aida Mansani. 1974. *Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro (1830-1854)*. Curitiba, UFPR (Tese de Livre Docência).

MAXWELL, Kenneth, 1978. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira, Brasil-Portugal, 1750-1810.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MOREIRA, Júlio Estrela. 1975. *Caminhos das comarcas de Curitiba e Paranaguá*. Curitiba, Imprensa Oficial. 3 vols.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de (org.). 1979. *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*. Ouro Preto, Casa dos Contos. 2 vols.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. 2006. *Comércio de animais de carga no Brasil imperial: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo.* Araraquara, Unesp, FCLAr (Dissertação de Mestrado).

WESTPHALEN, Cecilia M. 1995. *O barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*. Curitiba, CD.

Resumo

Utilizando documentação inédita dos registros de Curitiba (1765-66) e Sorocaba (1779-82), procuramos compreender a estrutura do mercado de animais estabelecido entre as regiões Sul e Centro-Sul do Brasil neste período. Inicialmente, apresentamos o volume de animais negociados em perspectiva com outras evidências similares disponíveis. Buscamos assim traçar a evolução do mercado, enfatizando a diversidade de comportamento entre os rebanhos vacum, muar e cavalar. Passamos então a focalizar microinformações da documentação de Sorocaba que permitem analisar a distribuição da propriedade dos animais e a dispersão da atividade criatória. Finalmente, apresentamos alguns casos particulares que ilustram a complexidade do negócio durante o período.

Palavras-chave: comércio de tropas, registro de Curitiba, registro de Sorocaba, mercado interno, Brasil Colônia

Abstract

Using unexplored sources from Curitiba's (1765-66) and Sorocaba's (1779-82) tax outposts, we analyse the cattle market between southern and central areas in colonial Brazil. We present the volume of cattle negotiated in perspective with other similar evidence available, thus establishing the market's evolutionary tendencies, with special emphasis on the differences between oxen, mules and horses' herds. After that, we explore micro data available on

Sorocaba's documentation, which allow us to analyse the patterns of cattle property distribution and breeding activities' spatial dispersion. Finally, we present some special cases which illustrate the business' complexity during the period.
Key words: cattle market, Curitiba tax outpost, Sorocaba tax outpost, domestic market, Colonial Brazil

Résumé
En utilisant la documentation inexplorée des gares fiscales de Curitiba (1765-66) et Sorocaba (1779-82), nous étudions la structure du marché d'animaux établi entre les régions sud et centre-sud du Brésil colonial. D'abord, nous présentons le volume d'animaux négociés en perspective avec d'autres évidences semblables. Nous cherchons ainsi a tracer l'évolution du marché, en soulignant la diversité de comportement entre les troupeaux de boeufs, mules et chevaux. Ensuite, nous focalisons des microinformations de la documentation de Sorocaba qui permettent d'analyser la distribution de la propriété des animaux et la dispersion de l'activité de création. Finalement, nous présentons quelques cas particuliers qui illustrent la complexité du marché pendant cette période.
Mots-clés: marché d'animaux, gare fiscale de Curitiba, gare fiscale de Sorocaba, marché interne, Brésil Colonial